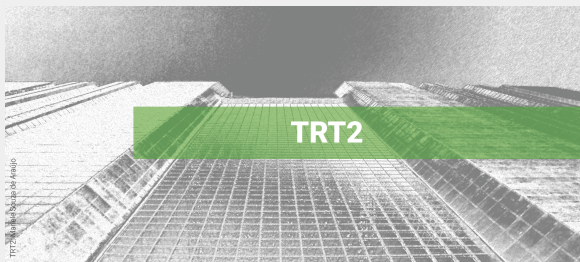


INFORMATIVO TRT2

Atos normativos da semana

N. 36

Período: 9 a 13 set. 2024



Emenda Regimental n. 49 [publicada pela Resolução Administrativa n. 4/TP, de 4 de setembro de 2024]
Altera o art. 40-E do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Portaria n. 40/DGA, de 9 de setembro de 2024

Altera as portarias de designação de fiscalização dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Órgãos de interesse

CNJ

Portaria n. 255/CNJ, de 14 de agosto de 2024

Dispõe sobre a promoção do 2º Concurso Nacional de Decisões Judiciais e Acórdãos em Direitos Humanos, com ênfase no controle de convencionalidade e na jurisprudência interamericana.

Edital do 2º Concurso Nacional de Decisões Judiciais e Acórdãos em Direitos Humanos
Torna público o Edital do 2º

Provimento n. 181/CNJ, de 11 de setembro de 2024

Altera o Provimento n. 149/CNJ, de 30 de agosto de 2023, que institui o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra).

CSJT

Resolução n. 288/CSJT, de 19 de março de 2021 (Republicação)
Dispõe sobre a estruturação e os procedimentos dos

Ministério da Previdência Social

Instrução Normativa n. 173/PRES.INSS, de 6 de setembro de 2024

Altera a Instrução Normativa n. 128/PRES.INSS, de 28 de março de 2022, que disciplina as regras, procedimentos e rotinas necessárias à efetiva aplicação das normas de direito previdenciário.

Portaria n. 1.745/PRES.INSS, de 6 de setembro de 2024
Dispõe sobre pensão especial à pessoa com

Concurso Nacional de Decisões Judiciais e Acórdãos em Direitos Humanos, com ênfase no controle de convencionalidade e na jurisprudência do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH).

Edital de Convocação de Audiência Pública para debater a Minuta de Ato Normativo que dispõe sobre a regulamentação do uso de Sistemas de Inteligência Artificial Generativa baseada em grandes modelos de linguagem no Poder Judiciário, de 2024

Torna pública a minuta de ato normativo elaborada pelo Grupo de Trabalho sobre Inteligência Artificial no Poder Judiciário (GTIA) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), instituído pela Portaria n. 338/CNJ, de 30 de novembro de 2023, e convoca audiência pública com o objetivo de colher contribuições da sociedade, especialistas, instituições públicas e privadas sobre as normas e as diretrizes que possam aprimorar a regulamentação proposta para a atualização da Resolução n. 332/CNJ, de 21 de agosto de 2020, que dispõe sobre a ética, a transparência e a governança na produção e no uso de Inteligência Artificial no Poder Judiciário e dá outras providências.

Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (CEJUSC-JT) da Justiça do Trabalho; e altera a Resolução n. 174/CSJT, de 30 de setembro de 2016, que dispõe sobre a política judiciária nacional de tratamento adequado das disputas de interesses no âmbito do Poder Judiciário Trabalhista.

Resolução n. 387/CSJT, de 30 de agosto de 2024
Institui o Modelo de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Resolução n. 388/CSJT, de 30 de agosto de 2024
Aprova a Revisão do Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho - ciclo 2021-2026, para o período de 2024 a 2026.

Poder Executivo

Decreto n. 12.174, de 11 de setembro de 2024
Dispõe sobre as garantias trabalhistas a serem observadas na execução dos contratos administrativos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

microcefalia decorrente do vírus Zika, adquirida entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2019.

Conselho Federal de Fonoaudiologia

Resolução n. 740/CFFa, de 6 de setembro de 2024
Dispõe sobre a regulamentação da atuação do fonoaudiólogo supervisor de estágio.

Poder Legislativo

Lei n. 14.965, de 9 de setembro de 2024
Dispõe sobre as normas gerais relativas a concursos públicos.

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Instrução Normativa n. 81/SEGES.MGI, de 12 de setembro de 2024
Dispõe sobre as regras e procedimentos para a possibilidade de compensação de jornada nos contratos de prestação de serviços contínuos, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Rua da Consolação, 1272 – 5º andar
CEP 01302-906 - São Paulo - SP - Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental



Basis TRT2

Revista do Tribunal